

ATA DA 11ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de fevereiro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, às nove
2 horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da
4 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 11ª
5 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
6 Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da **Dr.**
7 **Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto**, Vice-Presidente do Conselho
8 representando a **PGE**, as Conselheiras e Conselheiros adiante
9 indicados: **Dra. Márcia Maria dos Santos Souza**, representando o
10 Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dr.**
11 **Márcio dos Santos Alencar Freitas**, representando a Secretaria da
12 Cultura do Estado do Ceará - **SECULT** **Dra. Marilene da Páscoa**
13 **Barros**, representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e
14 Ensino Superior do Estado do Ceará - **SECITECE**; **Dr. José**
15 **Francisco de Oliveira Filho**, representando a 2ª Promotoria de
16 Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**; **Dra.**
17 **Sheila Cavalcante Pitombeira**, representando o Centro de Apoio
18 Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo,
19 Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - **CAOMACE**; **Dra.**
20 **Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do
21 Estado do Ceará - **SESA**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**,
22 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do
23 Consumidor - **DECON**; **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes**,
24 representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará -
25 **SEFAZ**; **Dra. Karine Jucá Moura**, representando a Secretaria do
26 Turismo do Estado do Ceará - **SETUR**; **Deputado Tomas Antonio**
27 **Albuquerque de Paula Pessoa Filho**, representando a Assembleia
28 Legislativa do Estado do Ceará - **AL**. Justificou Ausência: o
29 representante da Procuradoria Geral de Justiça - **PGJ**. Sem
30 Representação: as 03 (três) ONG's. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga**
31 **Peixoto**, Vice-Presidente do Conselho Estadual Gestor do FDID -
32 **PGE** cumprimentou a todos os presentes. Verificada a existência
33 de quorum a sessão foi aberta. Em seguida leu a Pauta da 11ª
34 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
35 Defesa dos Direitos Difusos. Ordem do Dia: Primeiro Ponto:
36 Aprovação da Ata da 52ª Reunião Ordinária do CEG/FDID, que foi
37 aprovada pela maioria, com a abstenção dos representantes do
38 CONPAM, PGE, SETUR e AL, por não terem participado dessa
39 reunião. Segundo Ponto: Apresentação do demonstrativo dos
40 valores recolhidos ao FDID referente ao mês de dezembro/09 com o
41 saldo total dos recursos no valor de R\$ 1.098.587,50 (hum milhão
42 noventa e oito mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta
43 centavos), com depósitos de R\$ 48.411,54 (quarenta e oito mil
44 quatrocentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos) e
45 rendimentos de 7.302,92 (sete mil trezentos e dois reais e

ATA DA 11ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de fevereiro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

46 noventa e dois centavos), publicado no Diário da Justiça do dia
47 08 de janeiro de 2010, e saldo referente ao mês de janeiro de
48 2010, no valor total de R\$ 1.152.401,18 (hum milhão cento e
49 cinquenta e dois mil quatrocentos e um reais e dezoito
50 centavos), com depósitos de R\$ 46.897,52 (quarenta e seis mil
51 oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos) e
52 rendimentos de R\$ 6.916,16 (seis mil novecentos e dezesseis
53 reais e dezesseis centavos), publicado no Diário da Justiça do
54 dia 04 de fevereiro de 2010, que foi aprovado por todos os
55 Conselheiros. Informou que por não ter acontecido a reunião do
56 Conselho no mês de janeiro, os saldos apresentados foram os de
57 dezembro/09 e janeiro/10. Terceiro Ponto: Deliberação sobre as
58 temáticas para apresentação de projetos/2010. **Dr. Fábio Carvalho**
59 **Alvarenga Peixoto** leu para o Conselho as finalidades do FDID
60 constantes no art. 2º da Lei Complementar nº 46/04, como também
61 as linhas temáticas constantes do Edital Nº 01/09. **Dra. Márcia**
62 **Maria dos Santos Souza** falou da dificuldade que teve o
63 seguimento da sociedade civil ao acesso aos recursos do FDID, e
64 disse que as linhas temáticas do ano passado foram bem
65 colocadas, sugerindo que para o ano de 2010 na linha temática de
66 meio ambiente fossem explorados alguns subtemas, como: educação
67 ambiental, recuperação de mata ciliar, proteção ao patrimônio
68 cultural, histórico, turístico, paisagístico, artístico e
69 estético. Falou do seu trabalho com os Conselhos Municipais de
70 Defesa do Meio Ambiente - CONDEMAS, e que pela leitura do Dr.
71 Fábio Alvarenga uma das possibilidades de fomento é o
72 reaparelhamento dos órgãos estaduais, mas que não tinha visto
73 nada relacionado a municípios. Indagou a Dra. Sheila Pitombeira
74 se o FDID poderia fomentar projetos para os Conselhos
75 Municipais. **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque** listou, de
76 conformidade com a legislação do FDID, quem poderia apresentar
77 projetos. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** respondeu que o
78 poder público de uma maneira geral poderia. **Dra. Márcia Maria**
79 **dos Santos Souza** disse que ao ser possível, e que os CONDEMAS
80 eram componentes extremamente importantes na gestão ambiental
81 municipal, sugeriu que a linha de gestão municipal fosse
82 direcionada para esses. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou
83 que a sugestão da Dra. Márcia era a de colocar uma linha
84 temática para a estruturação, implementação e fortalecimento dos
85 Conselhos Municipais do Meio Ambiente. **Dra. Rimena Alves**
86 **Praciano** indagou se as prefeituras apresentariam os projetos.
87 **Dra. Márcia Maria dos Santos Souza** respondeu que seriam os
88 presidentes dos CONDEMAS. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
89 falou que para aclarar o universo das discussões gostaria de
90 colocar três pontos muito importantes para reflexão na hora da

91 escolha das temáticas para os projetos/2010. O Primeiro Ponto
92 foi que em 2009 o Ministério Público do Ceará realizou
93 audiências públicas para consolidar a sua atuação institucional,
94 que é uma das metas do seu planejamento estratégico. E que as
95 audiências públicas foram realizadas nas duas regiões
96 metropolitanas: na de Fortaleza, em Maracanaú, e na do Cariri,
97 em Juazeiro do Norte, e uma outra na cidade de Sobral, sendo os
98 três assuntos mais recorrentes de reclamação da população foram:
99 a criança e o abandono sobretudo do adolescente; o lixo nos
100 rios; e a questão da violência contra o idoso, em decorrência do
101 uso de drogas que voltava a ser um problema do adolescente,
102 porque este extorquia o avô, a avó e os pais. Sugeriu que essa
103 fosse considerada uma das temáticas. O Segundo Ponto a ser
104 refletido foi que a Assembleia Legislativa havia elaborado no
105 ano passado, depois de um estudo de dois anos, o Plano
106 Estratégico dos Recursos Hídricos, onde foi relatado uma série
107 de ações relacionadas às medidas que o poder público tem que
108 tomar em relação à proteção dos cursos d'água, visando a
109 perspectiva das mudanças climáticas. Uma delas foi a questão da
110 mata ciliar, que esta ao ser trabalhada poderia ser viabilizada
111 uma educação ambiental com essa realidade, somando com o que as
112 pessoas estão reclamando com os lixos nos rios. O Terceiro Ponto
113 era com relação ao Patrimônio Histórico. Sugeriu uma mobilização
114 de um momento pré-copa para suscitar junto à população o
115 interesse com o patrimônio histórico, e daí incrementar uma
116 campanha não só com o fortalecimento dos Conselhos Municipais de
117 Meio Ambiente, mas também com os de Cultura. Disse ser
118 importante que as pessoas em suas localidades desenvolvam apreço
119 ao seu espaço, a sua história, e que essas comunidades
120 necessitam de uma motivação. Sugeriu que os Conselheiros
121 assistissem ao filme sobre o Nelson Mandela, pois o mesmo mostra
122 como, através do esporte, ele instigou a população inteira a
123 transformar uma atividade esportiva num objetivo nacional. **Dr.**
124 **Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** sugeriu aos Conselheiros que
125 além das temáticas do Edital de 2009, constasse também no Edital
126 de 2010 algumas linhas grandes, como: proteção ao meio ambiente,
127 colocando neste subitens: rios, mata ciliar e área de
128 preservação permanente-APP, como também outros itens focados na
129 cultura e patrimônio. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu
130 também colocar uma linha de fortalecimento aos Conselhos
131 Municipais que cuidam da temática de direitos e interesses
132 difusos, pois abrangia meio ambiente, cultura, idoso, criança e
133 adolescente. **Dra. Márcia Maria dos Santos Souza** sugeriu que no
134 tópico de meio ambiente que envolve patrimônio histórico,
135 cultural, questões relacionadas ao fortalecimento ambiental por

136 meio dos conselhos, que não deveria fechar só nos conselhos
137 municipais, e sim nesses subtemas, porque não fugiria ao tema
138 central que é meio ambiente. **Dra. Marilene da Páscoa Barros**
139 indagou de como seriam os projetos de fortalecimento dos
140 conselhos municipais. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
141 respondeu que achava que em alguns municípios talvez alguns
142 projetos fossem até para estruturá-los. **Dr. Fábio Carvalho**
143 **Alvarenga Peixoto** sugeriu que fosse estimulada mais a
144 participação do terceiro setor, e que o tópico dos conselhos
145 deveria ser colocado isolado, para que não se tenha só a
146 participação dos municípios. **Dra. Rimena Alves Praciano**
147 concordou com o Dr. Fábio. **Dra. Márcia Maria dos Santos Souza**
148 falou da sua experiência com os CONDEMAS, e que existe no Estado
149 do Ceará alguns que foram criados através da eleição com a
150 participação da sociedade civil, não tendo este só a cara do
151 poder público. Outros são instituídos por lei, onde são
152 convidadas pessoas para participarem, ficando só o poder
153 público. Mas que também existem outras realidades que é o que
154 vem sendo tentado fomentar dentro desse contato, é que eles
155 possam ser formados a partir do interesse da mobilização, da
156 participação da sociedade civil. Disse que existe até um
157 defensor do ponto de vista jurídico que diz que ele não é órgão
158 no sentido do direito administrativo, enquanto não subordinado a
159 administração, mas uma entidade autônoma que pode inclusive
160 discordar da vontade do gestor máximo, justamente porque
161 participa o setor empresarial, a sociedade civil e também o
162 poder público, e que não necessariamente ele deve ficar
163 vinculado à vontade de um gestor maior (Prefeitura). Disse que
164 essa informação era só a título de ponderação. **Dra. Rimena Alves**
165 **Praciano** falou que o Edital tem que ser aprovado nesta reunião
166 sugerindo manter os temas do ano passado, focando também na
167 temática ecologia, mudanças climáticas que é um problema que
168 todo o Estado do Ceará está passando. **Dra. Marilene da Páscoa**
169 **Barros** sugeriu colocar todas as áreas contidas no art. 2º da lei
170 nº 46/04, que ficava mais abrangente. **Dra. Sheila Cavalcante**
171 **Pitombeira** falou que a ideia de focar os temas foi do próprio
172 Conselho. **Dr. Márcio Alencar dos Santos Freitas** indagou se os
173 temas não estão sendo focados na lei. **Dr. Fábio Carvalho**
174 **Alvarenga Peixoto** disse que os temas focados estão dentro da
175 lei, pois se for apresentado algum projeto que abranja qualquer
176 inciso da lei, esse projeto vai estar enquadrado nas linhas
177 temáticas. **Deputado Tomas Antonio Albuquerque de Paula Pessoa**
178 **Filho** falou que se deixar como está na lei, se torna muito
179 excludente, pois as vezes a pessoa vai para a lei, e identifica
180 que o projeto que ela deseja apresentar não se enquadra nesta,

181 porque muitas vezes a dificuldade esbarra num vício formal. Ao
182 final das discussões foram aprovados por unanimidade dos
183 Conselheiros os seguintes temas: 1 - Criança, Adolescente e
184 Idoso; 2 - Proteção ao Patrimônio Artístico, Histórico,
185 Estético, Cultural, Turístico e Paisagístico; 3 - Meio Ambiente
186 (Educação Ambiental; Proteção e Recuperação de Recursos
187 Hídricos; Proteção e Recuperação das Áreas de Preservação
188 Permanente e outras Áreas Protegidas); 4 - Fortalecimento aos
189 Conselhos Municipais (Meio Ambiente, Cultura, Criança e
190 Adolescente, Saúde, Idoso e Outros); 5 - Proteção ao Consumidor
191 (Educação para o Consumo); 6 - Reparcelamento e modernização do
192 Ministério Público e dos órgãos estaduais de execução e de apoio
193 a quem incumbe à defesa dos direitos sociais e individuais
194 indisponíveis; e 7 - Qualquer outro tema que se enquadre nas
195 finalidades do art. 1º deste Edital. **Dr. Fábio Carvalho**
196 **Alvarenga Peixoto** Quarto Ponto: Apresentação do Edital para
197 apresentação de Projetos nº 01/2010 para discussão e
198 deliberação. Falou que o Edital de 2010 segue basicamente o de
199 2009. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** falou das
200 dificuldades encontradas no ano passado pelas entidades não
201 governamentais em terem seus projetos aprovados por rigorismo
202 das exigências da regulamentação dessas entidades que todos
203 sabem que são necessárias. Falou que tem outras exigências que
204 inviabilizam essas entidades a participarem, indagando se nesta
205 reunião não poderia ser revista essa questão. **Dra. Rimena Alves**
206 **Praciano** falou que anteriormente em outras reuniões foi
207 conversado que iria ser revista a questão da habilitação. **Dr.**
208 **José Francisco de Oliveira Filho** falou que a participação dessas
209 entidades às vezes era blindada porque sempre existia uma
210 exigência a mais. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou que as
211 grandes entidades não se interessam em receber os recursos do
212 FDID, e as pequenas tinham algumas precariedades, faltavam
213 alguns requisitos legais que o Conselho não podia dispensar. **Dr.**
214 **José Francisco de Oliveira Filho** disse ter observado que depois
215 desses impasses percebeu que existem limitações e que elas não
216 tinham advogado para orientá-las. **Dra. Rimena Alves Praciano**
217 falou que iria propor a revisão dos documentos a serem
218 apresentados pelas entidades civis. **Dra. Sheila Cavalcante**
219 **Pitombeira** falou que essas benevolências devem ser discutidas
220 antes de fechar o prazo para apresentação de projetos, e que
221 precisa ser disponibilizado pessoal para orientá-las na
222 elaboração de projetos. Pediu aos Conselheiros que fizessem em
223 seus órgãos a divulgação do Edital 2010 para apresentação de
224 projetos, e que as modificações sugeridas deveriam ser aprovadas
225 neste ano para vigorarem nos projetos de 2011. **Dra. Maria**

226 **Ivonete Batista Albuquerque** disse que o Dr. Edson Alves havia
227 feito uma proposta de readequação de algumas resoluções, e em
228 especial nas que dizem respeito à documentação das entidades
229 civis, e que nessa reunião foi formado um grupo composto dos
230 Conselheiros do CONPAM, SETUR e SECULT, para os quais foram
231 enviados ofícios solicitando que apresentassem em reunião as
232 propostas de mudanças, o que ainda não aconteceu. **Dra. Márcia**
233 **Maria dos Santos Souza** sugeriu que esse grupo ao invés de ficar
234 setorizado nos três órgãos, que fosse criado um grupo com o
235 Ministério Público para trabalhar com esses órgãos na
236 capacitação das entidades civis, se propondo a integrá-lo. **Dra.**
237 **Sheila Cavalcante Pitombeira** falou em algumas formas de fazer a
238 divulgação do Edital. Em Fortaleza poderia ser através dos
239 Juizados Especiais, Núcleos de Mediação, balcões da Assembleia
240 Legislativa, e no interior do Estado seria feito através das
241 Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Caixas Eletrônicas. E o
242 pessoal da área da Saúde, Cultura e Meio Ambiente, através dos
243 seus Conselhos, o pessoal da Fazenda, através das regionais, e
244 assim seria feita uma rede de divulgação. **Deputado Tomas Antonio**
245 **Albuquerque de Paula Pessoa Filho** disse que esteve em uma outra
246 reunião no ano de 2008, e que o problema dos projetos também era
247 nos requisitos formais que não podiam ser dispensados, e que
248 para manter as associações regularizadas tem muito a ver com a
249 possibilidade delas conseguirem alguma coisa. E que foi
250 observado que em alguns lugares elas tiveram incentivo, apoio e
251 conseguiram sair da inércia através de projetos. Que elas viram
252 que é real a possibilidade de conseguir algum incentivo quando
253 vinculada à questão agrícola no interior do estado,
254 especialmente nos projetos ligados à Secretaria do
255 Desenvolvimento Agrário, onde as associações são muito fortes
256 nesse sentido, por isso essas associações se mantêm
257 regularizadas. Um outra maneira de conseguir recursos do Fundo
258 era reunir várias associações. **Dr. José Francisco de Oliveira**
259 **Filho** falou das exigências mínimas para a instalação de uma
260 associação sem fins lucrativos, como também da sua inscrição na
261 Receita Federal onde não é exigido saber onde funciona sua sede,
262 se na casa do próprio presidente ou em outro imóvel. Falou ainda
263 do estatuto da entidade que deve ser assinado por um advogado,
264 e que este ao cobrar pelo serviço cria nos componentes desta
265 ojeriza a advogados. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** falou
266 que essas sugestões devem ser discutidas e trabalhadas para
267 constarem no edital do ano vindouro, colocando em votação o
268 Edital nº 01/2010 para apresentação de projetos ao FDID, que foi
269 por unanimidade aprovado por todos. Quinto Ponto: Assuntos
270 Gerais. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** solicitou mais uma vez

ATA DA 11ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 11 de fevereiro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

271 que cada Conselheiro fizesse dentro de sua área a divulgação do
272 Edital nº 01/2010. **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** solicitou ao
273 Presidente do Conselho que fosse enviado o Demonstrativo
274 Financeiro dos recursos do FDID relativos ao mês de janeiro/10 à
275 Junta Recursal do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor -
276 JURDECON que é composta por cinco Procuradoras de Justiça, e é
277 ela quem julga os processos administrativos das multas aplicadas
278 pelo DECON, cujos recursos são revertidos para o FDID, pois é
279 comum a indagação desta em saber se as multas estão sendo
280 cobradas. Informou ao Conselho que o dia 15 de março será
281 comemorado o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor propondo que
282 fosse enviado um ofício à TV Assembleia para que esta faça a
283 divulgação deste dia. Que o DECON irá realizar ações voltadas
284 para o consumidor. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu
285 pegar as datas: dia Internacional do Consumidor, dia
286 Internacional da Mulher e dia da criança para fazer a divulgação
287 do FDID. Solicitou à Secretaria Executiva que enviasse aos
288 Conselheiros, o Edital quando publicado, para que façam a
289 divulgação. **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas** sugeriu que
290 para os próximos editais fosse confeccionado um folder
291 padronizado do FDID e dos Editais para distribuição em todos os
292 órgãos. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** sugeriu que no
293 próximo ano fossem realizadas palestras sobre o FDID, como
294 também que fosse colocada na pauta da próxima reunião a
295 discussão sobre as iniciativas que devem ser adotadas para
296 aumentar a divulgação dos projetos a serem apresentados em 2011.
297 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou que esses assuntos devem
298 ser trabalhados para o Edital de 2010. **Dr. Fábio Carvalho**
299 **Alvarenga Peixoto** falou que estava aberto para Assuntos Gerais.
300 Como não houve manifestação, encerrou a sessão agradecendo a
presença de todos os Conselheiros.

302

Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto

Vice-Presidente do **CEG/FDID**

Márcio dos Santos Alencar Freitas

Conselheiro - **SECULT**

Rimena Alves Praciano

Conselheira - **SESA**

Márcia Maria dos Santos Souza

Conselheira - **CONPAM**

Marilene da Páscoa Barros

Conselheira - **SECITECE**

José Francisco de Oliveira Filho

Conselheiro - **PJMA**

Sheila Cavalcante Pitombeira

Conselheira - **CAOMACE**

Antonio Carlos Azevedo Costa

Conselheiro - **DECON**

Antônia Helena Teixeira Gomes

Conselheira - **SEFAZ**

Karine Jucá Moura

Tomas Antonio Albuquerque de Paula